ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

VARA DO TRABALHO DE CAPIVARI - 0039

[2501 a 3000 processos]

Aos 11 dias do mês de abril de 2017, o Excelentíssimo Senhor Desembargador do Trabalho **SAMUEL HUGO LIMA**, Corregedor Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 02/2017, divulgado em 02/02/2017 no DEJT (Edição 2161/2017 – Caderno do TRT da 15ª Região – página 287). Presente a Juíza Titular RENATA DOS REIS D'ÁVILLA CALIL. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correicionado, o seguinte:

Equipe de Correição:	Ayrton Rocha, Luís Cláudio da Silva, Suely Suzuki
Jurisdição Atendida:	CAPIVARI, MOMBUCA, ELIAS FAUSTO, MONTE MOR, RIO DAS PEDRAS, RAFARD
Lei de Criação:	7.471/86
Data de Instalação:	20/02/1987
Data de Instalação do PJE:	07/11/2012
Data da Última Correição:	29/03/2016
Acervo Físico/Acervo Total:	2 %
Acervo PJe/Acervo Total:	98 %

1 - TITULARIDADE:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
RENATA DOS REIS D'AVILLA CALIL	26/07/2010

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
18/04/2016 a 20/04/2016	COMPENSACAO DIAS TRABALHADOS CONCURSO
15/06/2016 a 14/07/2016	FERIAS
09/01/2017 a 07/02/2017	FERIAS

2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/03/2016 a 02/04/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
FRANCINA NUNES DA COSTA	14/03/2016 a 18/03/2016
FRANCINA NUNES DA COSTA	12/09/2016 a 13/09/2016

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
REBECA SABIONI STOPATTO	13/02/2017 a 17/02/2017

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
SOFIA LIMA DUTRA	07/01/2016 a 19/12/2016
SOFIA LIMA DUTRA	07/01/2017 a 04/04/2017

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
18/07/2016 a 16/08/2016	FERIAS
31/08/2016 a 31/08/2016	PLANTAO JUDICIARIO COMPENSACAO
01/09/2016 a 02/09/2016	COMPENSACAO DIAS TRABALHADOS CONCURSO
18/11/2016 a 17/12/2016	FERIAS

3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.1 - Lotação [28/02/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
ERIKA SALOMAO AROS ROSA	AJ-OJA	-	04/10/2003
GABRIELA MARIA SERAFIM	TJA	FC-04 ASSISTENTE TECNICO DE VARA DO TRABALHO	11/06/2014
GERSON APARECIDO DE ALMEIDA	REQ	FC-01 EXECUTANTE	13/11/1996
JOSE GUILHERME CERQUEIRA CESAR TARGA	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE JUIZ	26/09/2011
LINEIA ODILA QUIBAO BISIN	TJA	-	26/09/2011
LUCAS DE SOUZA PINTO	AJ-OJA	-	03/11/2016
LUCIMARA QUIBAO DAROZ	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	11/12/1995
MARCIO ANTONIO FERRACIOLI	AJJ	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	27/09/2010
MARCIO MACLUF GRISOTTO	TJA	FC-04 CALCULISTA	01/08/1998
MARIA CRISTINA MASCHIETTO	REQ	FC-02 ASSISTENTE	28/09/1998
MAURICIO CAMPAGNOLLI DE CAMPOS	REQ	FC-01 EXECUTANTE	22/02/2017
PAULO HENRIQUE FINCATO DE OLIVEIRA	REQ	FC-01 EXECUTANTE	10/01/2011
RONISE FINCATO DE OLIVEIRA TAVARES	AJA	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	12/05/1997
VITORIO SALVIO DAL FABBRO	TJA	FC-02 ASSISTENTE	04/12/2006
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			**10**
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			**4**
LOTAÇÃO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 63 DO CSJT			**17-18 + 3 OJ**

3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.2 - Ausências, exceto férias [03/2016 a 02/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM RECESSO	1
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	11
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE PESSOA DA FAMÍLIA	1
PARTICIPAÇÃO EM CURSO MINISTRADO PELO TRT	3
TOTAL	**16**

3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.3 - Estagiários [28/02/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
ANDRESSA ANGELI POLI	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/02/2017
BRUNA MORATO BRUGNEROTTO	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/04/2015
CAMILA TEBOM	MUNICÍPIO DE RIO DAS PEDRAS	01/04/2016

3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.4 - Ações de capacitação [28/02/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
RENATA DOS REIS D'AVILLA CALIL	118
SOFIA LIMA DUTRA	60

SERVIDORES	HORAS
GABRIELA MARIA SERAFIM	70
LINEIA ODILA QUIBAO BISIN	110
LUCAS DE SOUZA PINTO	120
LUCIMARA QUIBAO DAROZ	7
MARCIO ANTONIO FERRACIOLI	55
MARCIO MACLUF GRISOTTO	40
RONISE FINCATO DE OLIVEIRA TAVARES	95
VITORIO SALVIO DAL FABBRO	40

4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [03/2016 a 02/2017]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	1.299	1.575	---
	Aguardando encerramento da instrução	557	1.088	---
	Aguardando prolação de sentença	156	165	---
	Aguardando cumprimento de acordo	389	390	---
	Solucionados pendentes de finalização na fase	4.013	4.777	---
	Pendentes de finalização	**4.015**	**4.911**	---
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	618	494	---
	Liquidados pendentes de finalização na fase	366	472	---
	Pendentes de finalização	**933**	**815**	---
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	1.015	1.176	---
	Encerrados pendentes de finalização na fase	1.059	644	---
	Pendentes de finalização	**1.060**	**1.323**	---
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	0	---
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	0	87	---
	TOTAL	**6.008**	**7.136**	**---**

5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [03/2016 a 02/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	302	301	16
Exceções de Incompetência	19	19	0
Antecipações de Tutela	444	467	1
Impugnações à Sentença de Liquidação	20	18	4
Embargos à Execução	168	138	58
Embargos à Arrematação	0	0	0
Embargos à Adjudicação	1	1	0
Exceções de Pré-Executividade	12	11	4
TOTAIS	**966**	**955**	**83**

6 - RECURSOS [03/2016 a 02/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	1.346	1.394	36
Recurso Adesivo	80	74	12
Agravo de petição	68	61	11
Agravo de Instrumento	30	28	5
TOTAIS	**1.524**	**1.557**	**64**

7 - PRAZOS MÉDIOS [03/2016 a 02/2017]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	692	138	204	---
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	2.193	235	355	---
Total / Média	**2.885**	**212**	**315**	**---**

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	688	152	209	---
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	2.000	245	356	---
Total / Média	**2.688**	**221**	**315**	**---**

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	320	28	26	---
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	1.283	25	40	---
Total / Média	**1.603**	**25**	**37**	**---**

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	82	173	228	---
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	568	180	236	---
Total / Média	**650**	**179**	**234**	**---**

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	345	1.623	1.865	---
Do início ao encerramento da execução - ente público	95	838	1.206	---
Total / Média	**440**	**1.454**	**1.795**	**---**

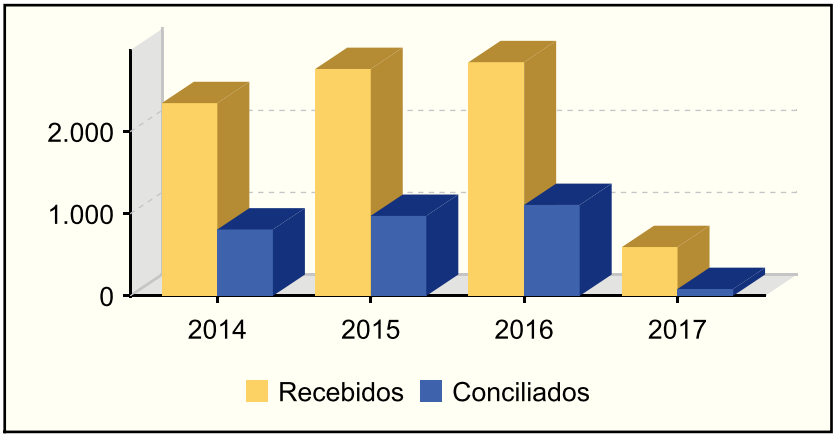
*Do início até a extinção da execução

8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

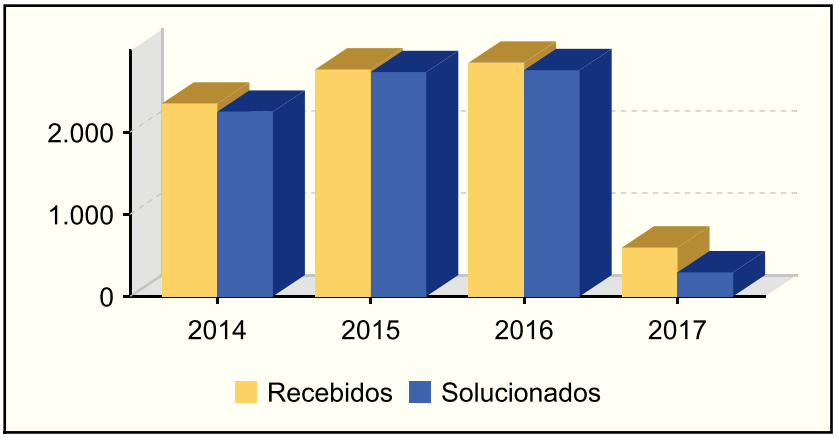
8.1 - Índice de conciliações [até 02/2017]:

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2014	2.349	809	34,44
2015	2.765	975	35,26
2016	2.848	1.108	38,90
2017	595	84	14,12



8.2 - Índice de soluções [até 02/2017]:

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2014	2.349	2.250	95,79
2015	2.765	2.733	98,84
2016	2.848	2.757	96,80
2017	595	293	49,24

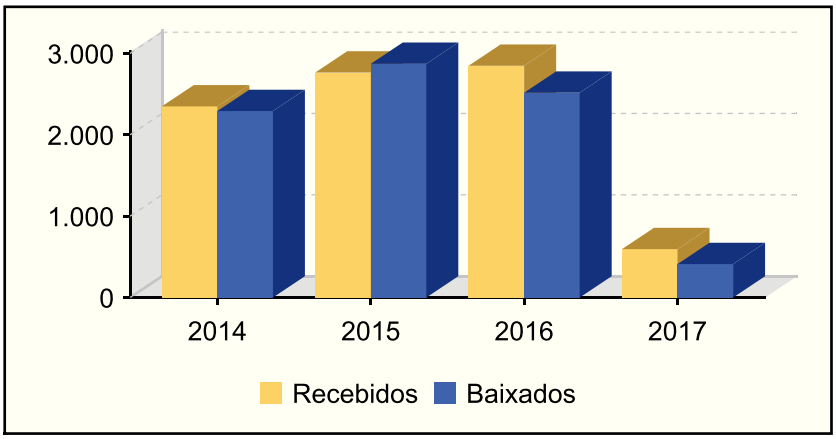


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

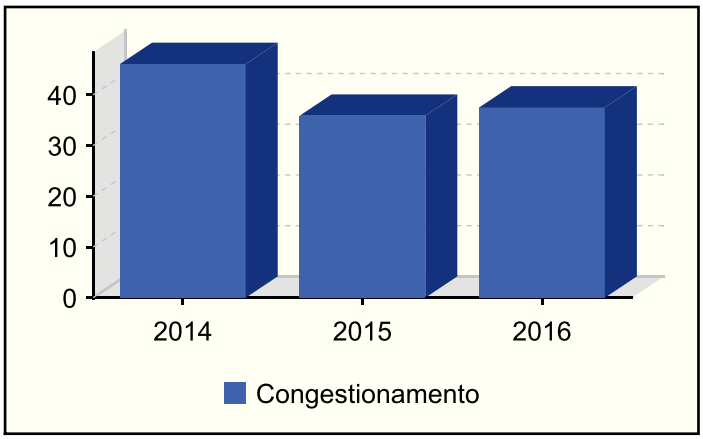
8.3 - Índice de baixas [até 02/2017]:

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2014	2.349	2.292	97,57
2015	2.765	2.872	103,87
2016	2.848	2.517	88,38
2017	595	411	69,08



8.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

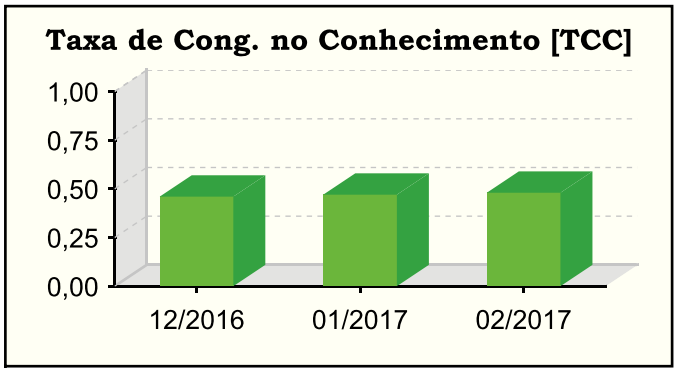
ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2014	1.824	2.349	2.250	46,08
2015	1.497	2.765	2.733	35,88
2016	1.564	2.848	2.757	37,51

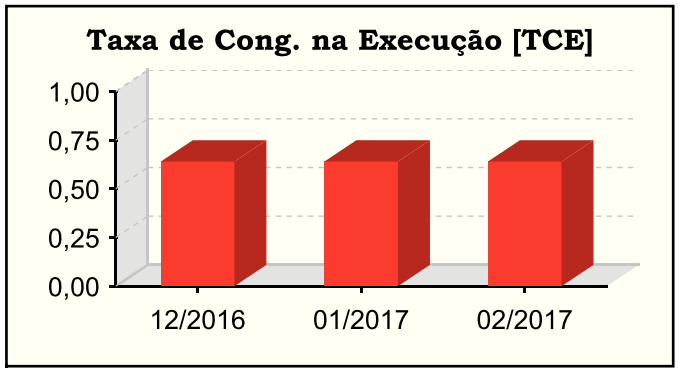


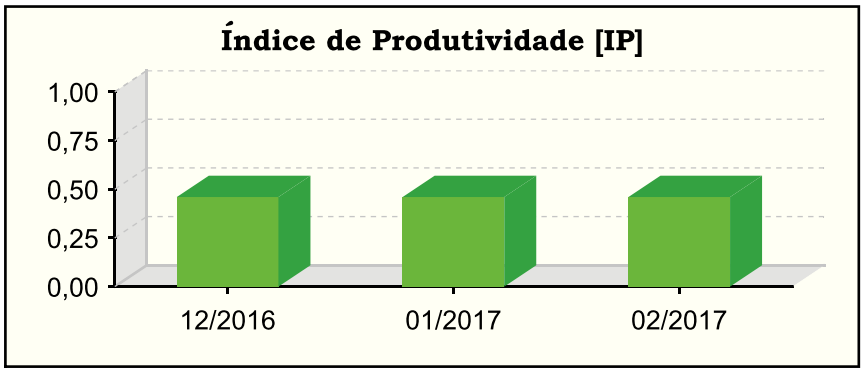
9 - MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO - MGD:

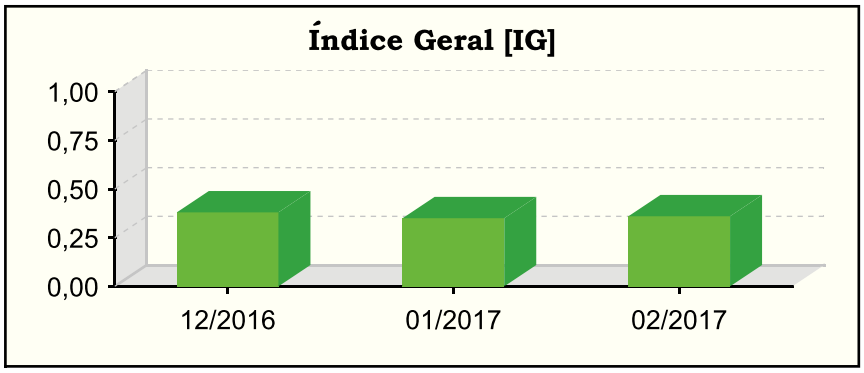
(fonte: e-SInCor MGD)

DATA MGD	TCC	TCE	IP	IG
12/2016	0,46	0,64	0,46	0,38
01/2017	0,47	0,64	0,46	0,35
02/2017	0,48	0,64	0,46	0,36









10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [03/2016 a 02/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	1.100	91,7	55,2
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	1.400	116,7	70,2
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	2.500	208,3	125,4
Processos solucionados - sem exame de mérito	232	19,3	11,6
Incidentes Processuais Resolvidos	955	79,6	47,9
Dias-Juiz	598	49,8	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	31.455	90,4	52,3
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	32.102	92,2	53,4
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	63.557	182,6	105,7
Processos solucionados - sem exame de mérito	11.600	33,3	19,3
Incidentes Processuais Resolvidos	22.127	63,6	36,8
Dias-Juiz	18.042	51,8	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	129.314	70,4	46,0
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	138.490	75,4	49,2
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	267.804	145,9	95,2
Processos solucionados - sem exame de mérito	50.457	27,5	17,9
Incidentes Processuais Resolvidos	98.022	53,4	34,9
Dias-Juiz	84.374	46,0	---

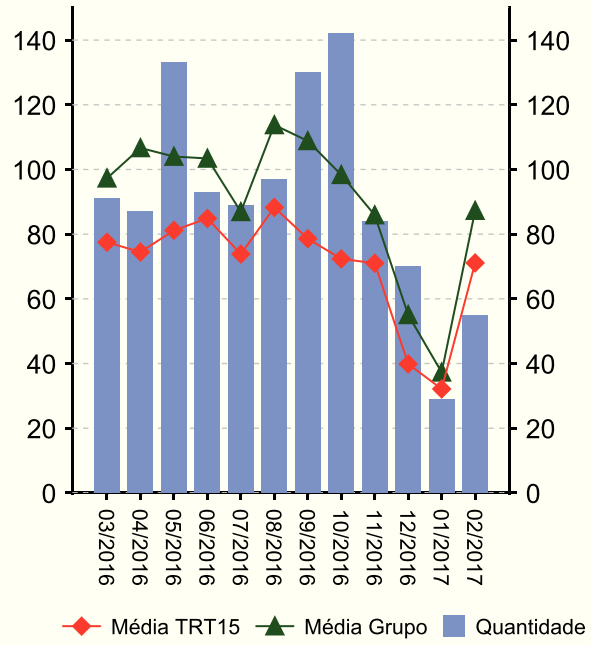
*Aferição de Resultado Individual Aproximado

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [03/2016 a 02/2017]:

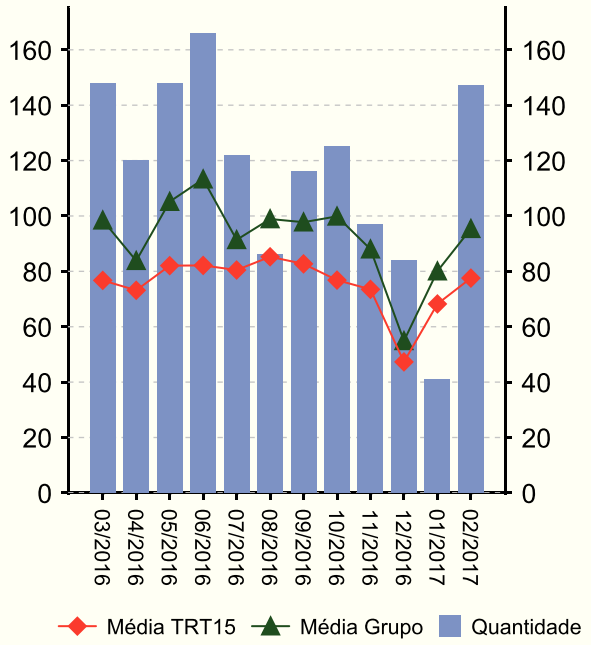
(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos

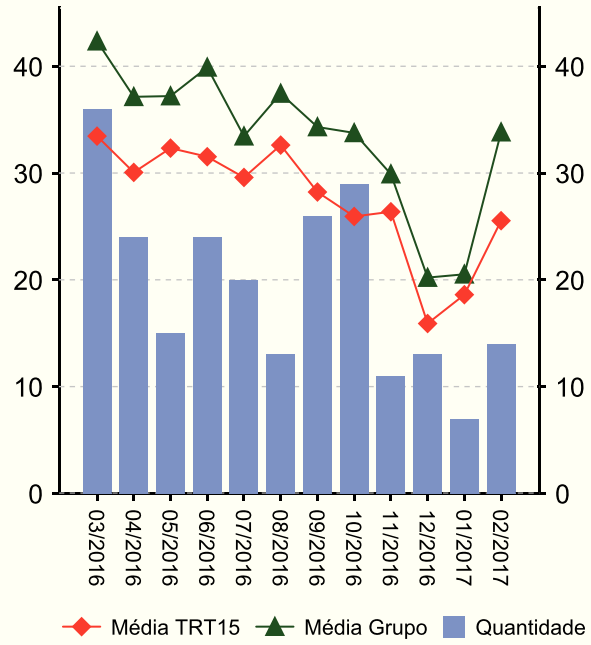
Processos Solucionados - com exame de mérito (conciliações)



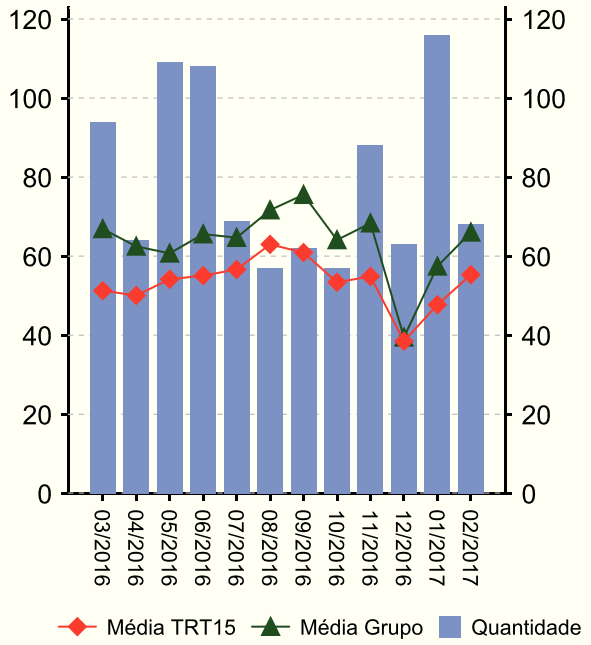
Processos Solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações)



Processos Solucionados - sem exame de mérito



Incidentes Processuais Resolvidos



10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS [03/2016 a 02/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Audiências - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	937	78,1	47,0
Sessões de audiência realizadas - instrução	1.181	98,4	59,2
Sessões de audiência realizadas - una	1.070	89,2	53,7
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	253	21,1	12,7
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	639	53,3	32,1
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	2.251	187,6	112,9
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	892	74,3	44,7
Dias-Juiz	598	49,8	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Audiências - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	33.081	95,1	55,0
Sessões de audiência realizadas - instrução	23.172	66,6	38,5
Sessões de audiência realizadas - una	33.943	97,5	56,4
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	6.844	19,7	11,4
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	10.136	29,1	16,9
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	57.115	164,1	95,0
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	16.980	48,8	28,2
Dias-Juiz	18.042	51,8	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

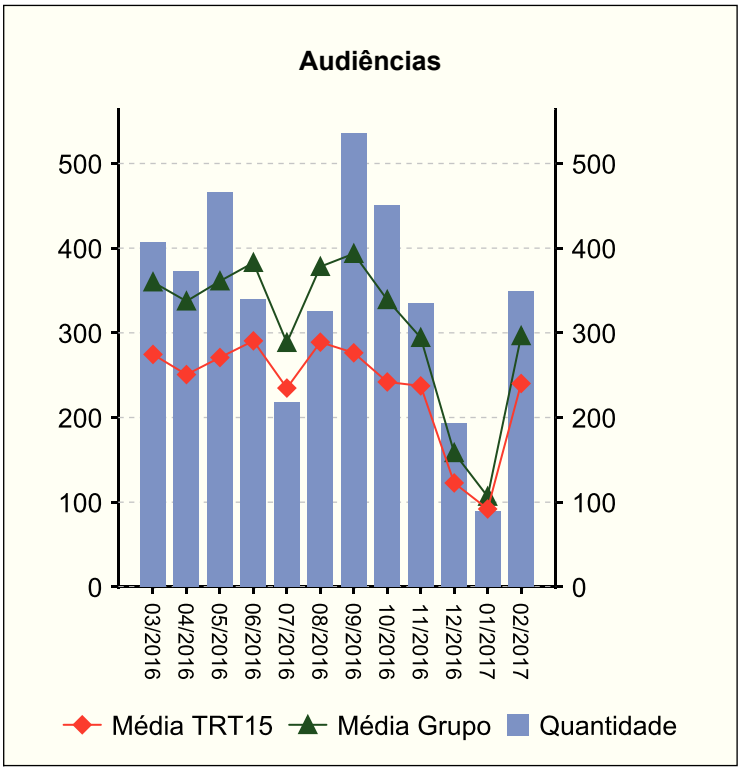
Audiências - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	123.476	72,5	43,9
Sessões de audiência realizadas - instrução	91.123	49,6	32,4
Sessões de audiência realizadas - una	154.465	84,7	54,9
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	30.967	16,9	11,0
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	31.455	17,1	11,2
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	245.588	133,8	87,3
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	62.422	34,0	22,2
Dias-Juiz	84.374	46,0	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

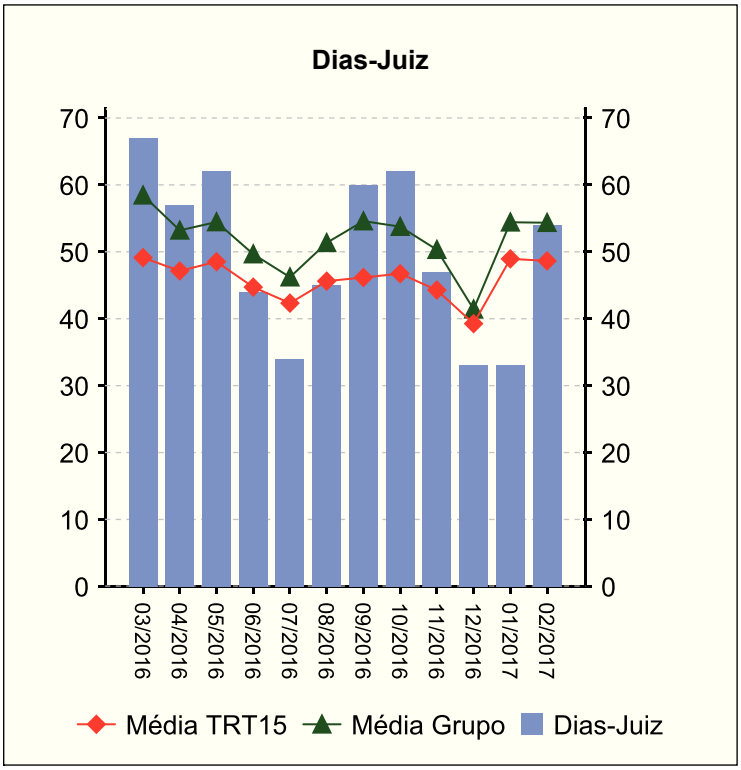
10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS [03/2016 a 02/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
03/2016	24	60	91	122	110	407
04/2016	18	70	74	79	131	372
05/2016	38	74	95	110	149	466
06/2016	48	65	64	77	85	339
07/2016	11	2	67	64	74	218
08/2016	6	38	66	108	107	325
09/2016	37	140	136	98	125	536
10/2016	29	29	122	145	126	451
11/2016	15	84	54	113	69	335
12/2016	12	10	54	96	21	193
01/2017	3	0	30	35	21	89
02/2017	12	67	84	134	52	349
Total	253	639	937	1181	1070	4080



Dias-Juiz	
Mês/Ano	**Qtd**
03/2016	67
04/2016	57
05/2016	62
06/2016	44
07/2016	34
08/2016	45
09/2016	60
10/2016	62
11/2016	47
12/2016	33
01/2017	33
02/2017	54
Média Mensal	49,8

11 - METAS NACIONAIS [01/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 1 [CNJ] - Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano

Casos Novos	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Casos Novos	Média Mensal de Processos Solucionados	Grau de Cumprimento
2848	2757	91	237	230	97 %

Cumprida
Quase cumprida
Não cumprida

Meta 2 [CNJ] - Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2014

Processos distribuídos até 31/12/2014	Meta	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Processos Solucionados (Total)	Média Mensal de Processos Solucionados (Meta 2)	Taxa de soluções Meta 2 x Total*	Grau de Cumprimento
2349	2114	2364	0	230	66	29 %	100 %

Cumprida
Quase cumprida
Não cumprida

Meta 5 [CNJ] - Impulsionar processos à execução

Baixar em 2016 quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente

Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Execuções Pendentes	Média Mensal de Execuções Iniciadas	Média Mensal de Execuções Baixadas	Grau de Cumprimento
1616	880	736	135	73	54 %

Cumprida
Quase cumprida
Não cumprida

11 - METAS NACIONAIS [01/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 6 [CNJ] - Priorizar o julgamento das ações coletivas

Identificar e julgar, até 31/12/2016, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2013

Processos pendentes em 31/12/2013	Processos solucionados a partir de 01/01/2014	Pendentes de Solução (Calculado)	Pendentes de Solução (e-Gestão)	Grau de Cumprimento
15	15	0	0	100 %

Cumprida
Quase cumprida
Não cumprida

Meta 5 [JT] - Tempo médio de Duração do Processo - Conhecimento

Reduzir em 2% o prazo médio em relação ao ano base 2014 [TMDP1c]

Prazo Médio em 2014	Prazo Médio em 2016	Meta	Grau de Cumprimento
263	219	258	100 %

Cumprida
Quase cumprida
Não cumprida

12 - ARRECADAÇÃO [03/2016 a 02/2017]:

(fonte: e-Gestão)

CUSTAS	IMPOSTO DE RENDA	EMOLUMENTOS	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R$ 600.253,67	R$ 163.037,96	R$ 22,12	R$ 2.882.449,27

13 – ANÁLISE DO QUADRO DE PESSOAL:

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos 2014, 2015, 2016)	Faixa Processual (Res. CSJT 63/2010)	Ideal (Res. 63/2010 CSJT (exceto OJA)	Lotação atual (exceto OJA)	Ideal Port. GP 24/2016 (exceto OJA)
2.654	2501 a 3000	17-18	12	16

A Resolução nº 63/2010 do CSJT instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Considerando o histórico deficit de pessoal que atinge todas as unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e, visando a adequação da lotação, a Presidência instituiu através da Portaria GP nº 24/2016, redutor na proporção de 16% sobre o ideal fixado para todas as Varas do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, até que sobrevenha aprovação de lei de criação de cargos.

Como se depreende do referido relatório do MGD, a Unidade teve acréscimo de demandas nos últimos tempos, alterando sua média atual, o que fez com que tivesse alterado seu grupo de comparação. Conforme previsto na Portaria GP-CR 17/2014 referida, a Vara passou a ser comparada com as unidades que recebem de 2501 a 3000 novas lides anualmente. Essa alteração na quantidade de demandas traz consequências em relação ao quadro de servidores (Resolução CSJT nº 63/2010) que, com a aplicação do redutor da Portaria GP nº 24/2016, resulta em 16 servidores.

Com base no exposto, o número atual de servidores lotados na Vara do Trabalho está abaixo dos parâmetros previstos nos normativos.

14 – ACERVO DA UNIDADE:

14.1 – PROCESSOS SEM TRAMITAÇÃO:

(fontes: informação da Unidade e consulta realizada na Corregedoria)

	PJe*		**SAP***
Data de corte:	22/2/2017	Data de corte:	22/2/2017
Saldo:	497	Saldo:	0
Data do mais antigo	24/5/2016	Data do mais antigo	-
		Total:	**497**

**Consulta realizada no dia 03/4 /2017, entre 13/17h.*

14.2 – INFORMAÇÕES SOBRE O MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO – MGD:

O mapeamento global de desempenho (MGD) criado pela Corregedoria Regional e regulamentado pela Portaria CR nº 17/2014 é um leitor de cenários que disponibiliza aos gestores o índice de desempenho da atividade judiciária pela média comparativa de resultados, considerando a força de trabalho. No último relatório disponibilizado é possível verificar os índices da Unidade, destacando seu Índice Geral de 0,36.

Esse índice já demonstra o empenho dos gestores na condução dos processos judiciais e dos processos de trabalho. Além disso, como registrado no item anterior, não há saldo expressivo de processos sem tramitação há mais de 30 dias. Por tais motivos são consignados elogios aos magistrados e servidores.

14.3 – MOVIMENTAÇÃO DE MANDADOS:
(informação da Unidade em 23/3/2017)

A) Diligências pendentes de cumprimento/ prazo vencido (PJ-e):

OFICIAL DE JUSTIÇA	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
Erika Salomão Aros Rosa	31	23/2/2016
Lucas de Souza Pinto	12	29/11/2016
TOTAL	**43**	-

15 – ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 26 da Consolidação dos Provimentos da CGJT):

Com base nas informações prestadas, registra-se que o Juízo:

15.1 – pronuncia-se explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos, não se limitando a proferir despachos nos quais haja apenas referência às locuções "Processe-se o recurso, na forma da lei" ou "Admito o recurso, na forma da lei", a exemplo dos processos nº 0011530-80.2016.5.15.0039, 0012580-78.2015.5.15.0039 e 0000752-90.2012.5.15.0039;

15.2 – faz uso dos sistemas BACENJUD (e em consulta em 3/4/2017, verificou-se a existência de 6.408 protocolos nos últimos 11 meses, com 6 pendências) e INFOJUD (a exemplo dos processos nº 0094500-84.2009.5.15.0039, 0003300-06.2003.5.15.0039 e 0032300-80.2005.5.15.0039);

15.3 – ordena, imediatamente após a liquidação da sentença em que se apure crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, a pronta liberação deste em favor do credor, de ofício ou a seu requerimento, a exemplo dos processos nº 0010086-46.2015.5.15.0039, 0010498-11.2014.5.15.0039 e 0011601-82.2016.5.15.0039;

15.4 – não determina a citação do(s) sócio(s) quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, assinalando-lhe(s) o prazo de 48 horas para que indique(m) bens da sociedade (artigo 795 do CPC) ou, não os havendo, garanta(m) a execução, sob pena de penhora, a Unidade não adota o procedimento de incidente de desconsideração de personalidade jurídica, nos termos do artigo 133 a 137 do CPC;

15.5 – há audiências designadas em quatro dias da semana, segundo consulta ao PJ-e no período de 03/4/2017 a 2/4/2018;

15.6 – inclui na pauta de audiências de conciliação os processos na fase de execução – foram realizadas 639 no período de 3/2016 a 2/2017;

15.7 – exaure suas iniciativas objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD, SIMBA (em implementação) e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC.

Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados; principais prazos da vara do trabalho; eventuais inconsistências de lançamentos no sistema, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos, e data de conclusão ao MM. Juiz para sentença e incidentes; além do número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais à fase de instrução), há registros nos itens 1, 2, 4, 5, 7 e 10 e eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta Ata.

16 – PRODUTIVIDADE DA VARA:

16.1 – PROCESSOS SOLUCIONADOS:

A Unidade apresenta índice de 0,38 nos processos pendentes de solução no último relatório do MGD. Esse saldo é composto da soma daqueles que aguardam a primeira

sessão de audiência, dos que aguardam o encerramento da instrução processual e dos que aguardam a prolação da sentença. Trata-se de variável cuja aferição é feita mediante a divisão do valor apurado na Unidade pelo maior coeficiente dessa variável no grupo em que se insere. Comparada assim à unidade do grupo com maior quantidade de processos pendentes de solução, a Vara do Trabalho de Capivari apresenta 38% do maior saldo de processos pendentes.

Conforme item 10.1 da presente Ata, a Unidade contou com média de 49,8 dias-juiz nos últimos doze meses, inferior à média do grupo (51,8).

Também se observa que, proporcionalmente a essa disponibilidade de magistrados, a Unidade alcançou média mensal de processos solucionados por meio de conciliações (55,2) superior à média de referido grupo. Excetuando-se as conciliações, a média de processos solucionados com exame de mérito também foi superior: considerando-se a média proporcional a um magistrado presente ao longo de cada mês, a média foi de 70,2, enquanto a média do grupo foi de 53,4**,** motivo pelo qual o Exmo. Desembargador Corregedora Regional consigna seus elogios aos Juízes que atuam na Unidade pela busca da célere prestação jurisdicional.

Destaca-se que a Meta 1 do CNJ (julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano) foi quase cumprida, tendo índice de cumprimento de 97%.

17 – AUDIÊNCIAS

Em consulta ao PJ-e realizada em 03/04/2017, às 13h20, foi verificado que há audiências agendadas com regularidade até:

TIPO	DESIGNADAS COM REGULARIDADE ATÉ	QUANTIDADE AGUARDANDO DESIGNAÇÃO	PRAZO DO AJUIZAMENTO ATÉ A PRIMEIRA AUDIÊNCIA (EM DIAS)
INICIAIS	**21/6/2017**	**-**	**80**
UNAS	**14/6/2017**	**353**	**73**
INSTRUÇÕES	**19/6/2017**	**-**	**78**
CONCILIAÇÃO	**-**	**-**	**-**
MEDIAÇÃO	**-**	**-**	**-**

Obs. Na data da consulta havia 188 processos aguardando designação sem discriminação de tipo de audiência e 165 na triagem inicial;

17.1 – Composição das pautas
(fonte: Vara do Trabalho)

17.1.1 – JUIZ TITULAR/JUIZ SUBSTITUTO

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã				12		12
	tarde				15		15
terça	manhã	5	9				14
	tarde	6		9			15
quarta	manhã						
	tarde						
quinta	manhã	4	10				14
	tarde	5		7			12
sexta	manhã						
	tarde						

17.1.2 – JUIZ AUXILIAR

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã	5	9				14
	tarde	5		8			13
terça	manhã						
	tarde						
quarta	manhã	5	10				15
	tarde	4		9			13
quinta	manhã						
	tarde						
sexta	manhã						
	tarde						

17.1.3 – MEDIDAS EFETIVAS DE INCENTIVO À MEDIAÇÃO:

O gestor informou serem adotadas na Unidade medidas de incentivo à mediação, apontando que, apesar de não haver mediador capacitado pela Escola Judicial, são

realizadas semanalmente mediações com servidora assistida pela Juíza Titular.

A pauta de conciliação/mediação é montada com 25 processos/dia, em fase de liquidação.

Frisa-se a importância desse meio de solução consensual de conflitos, que, estatisticamente, consiste em instrumento de auxílio e desafogamento do Judiciário, bem como de pacificação social, solução e prevenção de litígios. Assim, em estímulo às práticas já verificadas e pela busca de outras novas, a Corregedoria Regional registra elogio à Unidade.

17.1.4 – ANÁLISE:

Observando o gráfico no Item 10.2, verifica-se que a Unidade, com dados apurados até 28/2/2017, tem alta produtividade de audiências unas e de instrução (112,9 – RARIA) se comparada com a média mensal do grupo (95,0 – RARIA), bem como com a média do TRT (87,3), de acordo com os atuais critérios adotados.

Verificou-se que do total de 4.080 audiências, 937 foram do tipo inicial, 1.070 UNA, 1.181 de instrução, 639 de conciliações na execução e 253 de conciliação no conhecimento. Além disso, há audiências iniciais agendadas até 21/6/2017, UNA até 14/6/2017 e de instrução até 19/6/2017. Pendem de designação de audiência 353 processos, sem discriminação de tipo.

18 – HASTA PÚBLICA – SISTEMA EXE15

Consultado o sistema informatizado EXE15, verificou-se que a Unidade enviou bens ou processos às hastas unificadas da Circunscrição ao longo do ano de 2016 e também às hastas designadas para 2017. No entanto, em pesquisa por amostragem, verificou-se a retirada de bens ou processos sob justificativa de quitação do débito e acordo.

19 – RECOMENDAÇÕES:

19.1 – utilizar, quando necessário, a modelagem de gestão de processos, divulgando os arquivos disponibilizados pela Corregedoria (Extranet – Jurídico – Orientações do Corregedor);

19.2 – recomenda-se, com fundamento na Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, que ao menos no PJe fique sob responsabilidade dos assistentes de juiz a confecção das minutas das sentenças, dos embargos e das tutelas antecipadas, sendo que a ordem judicial nelas contidas deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas, de forma que o servidor que minutar o despacho ou a decisão dará imediato cumprimento à respectiva determinação, confeccionando eventuais expedientes subsequentes, inclusive os atos de comunicação que se fizerem necessário.

20 – DETERMINAÇÕES:

20.1 – encaminhar cópias de sentenças que reconheçam a conduta culposa do empregador em acidente de trabalho para pfing.regressivas@agu.gov.br e regressivas@tst.jus.br, nos termos do Ofício Circular TST.GP nº 615/2012, de 18.5.2012, e da Recomendação Conjunta GP-CGJT 2/2011, assim como cópia de decisão nos casos de reconhecimento de agente insalubre após prova pericial (sentenças.dsst@mte.gov.br e insalubridade@tst.jus.br), de acordo com Ofício Circular TST.GP nº 670/2013 e Recomendação Conjunta 3GP.CGJT de 2013;

20.2 – priorizar a redução dos prazos médios nos processos em tramitação na Unidade, se existentes condições mínimas de lotação;

20.3 – intensificar a realização de audiências nos processos da fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição;

20.4 – observar os termos das Portarias CR nº 07/2013 e 03/2014, que tratam da padronização dos setores destinos das ocorrências do SAP1G e a Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, que trata da padronização das subcaixas no PJe;

20.5 – observar que após a inclusão do bem em hasta, na hipótese de acordo ou remição no processo, o leiloeiro fará jus ao recebimento de comissão, conforme estabelecido no § 3º, artigo 25 do Provimento GP-CR N° 03/2014, de 22 de setembro de

2014 e no item III da Ordem de Serviço CR nº 03/2015, e o registro do acordo/remição deve ser registrado no Sistema Exe15 como tal, e não como excluído de hasta;

20.06 – observar os termos do Comunicado CR nº 06/2017, que dispõe sobre a cumulação de execuções fiscais, e, realizar a reversão dos agrupamentos realizados de ações de natureza distinta.

21 – PROCESSOS ANALISADOS:

Foram analisados, por amostragem, processos da Unidade, dentre os quais ensejam determinações os abaixo relacionados:

ORDEM	PROCESSO	SITUAÇÃO	DETERMINAÇÃO
1	0012008-88.2016.5.15.0039	Tarefa Análise das perícias	Pendente na tarefa desde 16/9/2016. Perícia designada para 19/1/2016, até a data da consulta não havia laudo anexado. Determina-se a notificação do perito para que apresente o laudo com urgência.
2	0091600-31.2009.5.15.0039	Aguardando cumprimento de providências - Exec	Pendente na tarefa desde 25/5/2016. Há manifestação do autor sem apreciação, anexada sob nº a38afb9. Determina-se a conclusão dos autos para deliberação quanto ao prosseguimento. Há outros 27 processos na subcaixa 01 Complexos.

22 – CONSTATAÇÕES:

Após a exposição dos principais índices da Unidade a toda a equipe, foi realizada reunião com todos os seus servidores para orientações, quanto a otimização dos respectivos fluxos de trabalho.

No tocante à adequação de procedimento e de pauta, decorrente da observância da Portaria CR nº 04/2017, o Diretor esclarece que os processos que carecem de produção de prova técnica pericial, além da nomeação de perito, passaram a ter já designadas as audiências de prosseguimento em instrução, em data a partir dos próximos cinco (05) meses. Esclarece, ainda, que as vagas de audiências de instrução dos próximos cinco (05) meses ficaram destinadas àqueles processos, cujas perícias técnicas vêm sendo concluídas, paulatinamente, porque não tinham prévia designação de instrução.

Quanto aos processos que estão aguardando a designação de primeira audiência (353), esclarece a Unidade que estão todos sob controle, sendo que 188 se referem às demandas contra uma mesma empresa (*Saint Gobain*), que tem sido notificada

paulatinamente e as demais 165 são de triagem regular.

Entrega de CTPS. Verifica- se que a Unidade faz constar, em sentença, prazo para que os reclamantes apresentem a CTPS em Secretaria e, sucessivamente, a reclamada, para cumprimento da obrigação de fazer e, na sua inércia, é a Secretaria quem faz a anotação, além de emitir uma certidão de anotação. A Corregedoria esclarece a existência de práticas outras, com determinação em sentença. Uma, que, após o trânsito em julgado, o reclamante deverá apresentar a CTPS, diretamente, para a reclamada, que efetuará as anotações pertinentes. Duas, que as anotações sejam promovidas pelo advogado do reclamante.

A Unidade esclarece que a subcaixa "Cálculos em Cumprimento de Providência" com 37 processos abrange os processos para quitação de precatório e RPV. A Unidade esclarece que realizam controle paralelo de RPV, haja vista a ausência de controle dentro do sistema Pje.

O gestor da Unidade traz as seguintes questões pontuais:

- a dificuldade de atuação de estagiário, haja vista a impossibilidade de que ele detenha uma certificação digital para fazer uso do sistema Pje. Nesse sentido, reivindica a criação de perfil com certificação digital próprio.
- considerando o elevado número de processos já arquivados, o gestor reivindica a formação de uma comissão composto por servidores deste Regional e, quiçá, por servidores municipais para as providências de incineração, a fim de possibilitar a diminuição do custo de locação com o espaço hoje usado para tal;
- a quase totalidade da Unidade no sistema PJe, mais de 3.000 processos, o seu bom desempenho é, cada vez mais, dependente da qualidade e quantidade da banda larga, razão pela qual reivindica a elevação da banda larga da Unidade para além dos atuais 4MB;
- dificuldade com o reduzido número de servidores da Unidade, porque abaixo do delta de sua Unidade, tendo em vista a Resolução nº 63/2010 e a Portaria GP nº 24/2016, razão pela qual reivindica que seja implementada atualização anual do delta (ideal) das Unidades, incrementando em, pelo menos, mais um servidor quando se tratar de varas solteiras.

Diante das solicitações expostas, a Presidência deste E. Regional da 15ª Região será oficiada para conhecimento e providências que entender cabíveis.

Por fim, a reunião demonstrou que a unidade já adota boas práticas como o controle de perícias, intimação de testemunhas e anotações de CTPS, as quais, inclusive,

são anotadas em Secretaria. Revelou ainda que a pauta é customizada por empresas, por valor e até por matéria, o que permite concentrar essas demandas no mesmo dia. Atualmente, somente os cálculos com sérias divergências são remetidos ao perito contábil, cujos laudos são homologados tão logo recebidos. Com relação a execução relataram dificuldades diante da necessidade de análise minuciosa e a carência de servidores. Porém, estão cientes de que a execução é a fase que necessita de uma maior atenção.

Registra-se que, aparentemente, há ótima integração entre os servidores, o que propicia um ambiente de trabalho saudável, contribuindo sobremaneira para a qualidade de vida de seus integrantes.

Pelo comprometimento e resultados alcançados, a MM. Juíza Titular consigna elogios à Juíza Auxiliar fixada Dra. Sofia Lima Dutra e a toda equipe.

23 – VISITAS E ATENDIMENTOS:

Não houve

24 – OBSERVAÇÕES GERAIS:

24.1 – A MMª Juíza Titular está autorizada a residir fora da jurisdição (Processo 000323-42.2010.5.15.0897). Por sua vez, a Juíza Substituta Auxiliar Fixa reside na sede da circunscrição.

24.2 – O Exmo. Desembargador Corregedor Regional conversou reservadamente com a Juíza Titular sobre eventual atraso na prolação de sentença, bem como sobre a respectiva autorização para residir fora da sede da circunscrição.

24.3 – Foi informado pelo Sr. Diretor de Secretaria que o edital de correição foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foram expedidos ofícios às OAB da jurisdição.

24.4 – Sem prejuízo de prazos específicos fixados nesta Ata, determina-se a manifestação do(a) Diretor(a), pontualmente, sobre todas as determinações e recomendações, demonstrando a análise do inteiro teor da Ata e as medidas concretas eventualmente adotadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação. Esclarece-se ainda que a manifestação deve ocorrer no PROAD, mediante funcionalidade "Fazer Pedido Complementar" no PP nº 194/2017.

25 – ENCERRAMENTO:

No dia 10 de abril de 2017, às 14 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu, Ayrton Rocha, Coordenador de Apoio ao Corregedor Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pelo Excelentíssimo Desembargador Corregedora Regional, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal na internet.